

Colonialismo, luta de classes, racismo¹ e subalternidade: da questão meridional à tradutibilidade latino-americana

Joeline Rodrigues de Sousa

*Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da
Universidade Federal do Ceará - UFC*

*Coordenadora do GGramsci – Grupo de Estudos e Pesquisas em
Antonio Gramsci (@ggramsciufc) e do PRÀXIS – Núcleo de Estudos
e Pesquisas em Práxis e Formação Humana.*

joelinersousa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2071-5324>

Resumo

O uso do conceito gramsciano de subalternidade pelo grupo dos *Subaltern Studies* tem desdobramentos distintos das bases revolucionárias da Filosofia da Práxis, pois, ao aderir às tendências pós-modernas e às teorias “pós-coloniais”, contribuem para reforçar os questionamentos sobre a legitimidade de Karl Marx para contribuir com o debate sobre a relação entre exploração e opressão pelo colonialismo, especialmente na América Latina. Assim, este artigo busca recuperar as contribuições de Marx e de Antonio Gramsci e os elementos históricos que condensam o lugar da Filosofia da Práxis contra o colonialismo, o racismo e as formas que a subalternidade assume na sociedade de classes, como a “questão meridional” apontada por Gramsci, assim como a contribuição de intelectuais orgânicos que auxiliam na tarefa da tradutibilidade latino-americana, especialmente do Brasil, a partir da compreensão das contradições particulares e contemporâneas que acenam para as possibilidades sócio-históricas de organização e de construção do devir.

Palavras-chave colonialismo; racismo; luta de classes; subalternidade; américa latina.

¹ Texto desenvolvido a partir da intervenção no Seminário comemorativo dos 10 anos do GGramsci, realizado em novembro de 2019, com o tema *A luta por uma nova hegemonia - Da Questão Meridional à tradutibilidade Latino-americana*, disponível no Canal GGramsci-UFC (youtube) e resultado do conjunto de cursos e estudos realizados com foco no Marx e Marxismo na América Latina e Filosofia da Práxis e Sul Global como ações do PRÀXIS – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Práxis e Formação Humana (UFC).

Colonialism, class struggle, racism, subalternity: from the southern issue to Latin American translatability

Abstract

The use of the Gramscian concept of subalternity by the group of Subaltern Studies has unfoldings which differ from the revolutionary bases of the Philosophy of Praxis because, by adhering to postmodern trends and “postcolonial” theories, they contribute to reinforcing the questions about Karl Marx’s legitimacy to contribute to the debate on the relationship between exploitation and oppression in colonialism, especially in Latin America. Thus, this article seeks to resume the contributions of Marx, Antonio Gramsci, and the historical elements that condense the place of the Philosophy of Praxis against colonialism, racism, and the forms taken by subalternity in class society, such as the ‘southern issue’ pointed out by Gramsci, as well as the contribution of organic intellectuals who help in the task of Latin American translatability, especially in Brazil, which stems from an understanding of particular and contemporary contradictions that point to socio-historical possibilities of organization and the making of becoming.

Key words colonialism; racism; class struggle; subalternity; latin america.

Colonialismo, lucha de clases, racismo, subalternidad: de la cuestión meridional a la traducibilidad latinoamericana

Resumen

La utilización del concepto gramsciano de subalternidad por parte del grupo de los *Subaltern Studies* tiene desdoblamiento que difieren de las bases revolucionarias de la Filosofía de la Praxis porque, al adherirse a las corrientes posmodernas y las teorías “poscoloniales”, contribuyen a reforzar los cuestionamientos sobre la legitimidad de Karl Marx para contribuir al debate sobre la relación entre explotación y opresión en el colonialismo, especialmente en América Latina. Así, este artículo busca retomar los aportes de Marx y de Antonio Gramsci y los elementos históricos que condensan el lugar de la Filosofía de la Praxis contra el colonialismo, el racismo y las formas que asume la subalternidad en la sociedad de clases, como la “cuestión meridional” señalada por Gramsci, así como el aporte de intelectuales orgánicos que coadyuvan en la tarea de la traducibilidad latinoamericana, especialmente en Brasil, que parte de la comprensión de contradicciones particulares y contemporáneas que apuntan a posibilidades sociohistóricas de organización y de construcción del devenir.

Palabras clave colonialismo; racismo; lucha de clases; subalternidad; américa latina.

Colonialisme, lutte des classes, racisme, subalternité: de la question méridionale à la traductibilité latino-américaine

Résumé

L’utilisation du concept gramscien de subalternité par le groupe des *Subaltern Studies* a des déroulements différents des fondements révolutionnaires de la Philosophie de la Praxis, car, en adhérant aux courants postmodernes et aux théories «postcoloniales», ils contribuent à renforcer les interrogations sur la légitimité de Marx à contribuer au débat sur les relations entre exploitation et oppression dans le colonialisme, notamment en Amérique Latine. Ainsi, cet article cherche à récupérer les apports de Marx et Antonio Gramsci et les éléments historiques qui condensent la place de la Philosophie de la Praxis contre le colonialisme, le racisme et les formes prises par la subalternité dans la société de classes, comme la «question méridionale» souligné par Gramsci, ainsi que la contribution d’intellectuels organiques qui contribuent à la tâche de la traductibilité latino-américaine, en particulier au Brésil, qui part de la compréhension des contradictions particulières et contemporaines qui indiquent des possibilités socio-historiques d’organisation et de construction du devenir.

Mots-clés colonialisme; racisme; lutte des classes; subalternité; Amérique latine.

“Oh, meu corpo, faça sempre de mim
um homem que questione!”
Fanon, *Pele Negra Máscaras Brancas*

Introdução

Após a publicação dos *Cadernos do Cárcere*, desde os anos 50, que traziam à baila categorias originais e encontraram o cenário mundial na efervescência das lutas anticoloniais por libertação nacional, especialmente em África e Ásia, o conceito de subalternidade, desenvolvido por Gramsci, emerge e é bastante debatido ao tornar-se objeto e referência dos estudos da escola de historiadores indianos que criaram os chamados *Subaltern Studies*, liderados por Ranajit Guha, na década de 70. Estes estudos que, inicialmente, partem das aproximações com o marxista sardo no sentido de recuperar a história integral, e, portanto, a superação da lógica dominante e colonial, ou seja, desenvolver uma postura teórico-prática de recuperação da humanidade e potencial protagonismo dos grupos subalternos, em contraposição à perspectiva elitista de supremacia de classes ou castas, reproduzidas historicamente nas formas jurídicas e ideo-religiosas, como no caso indiano, posteriormente, vai se afastando do viés gramsciano e se reconfigurando, inclusive, numa contraposição ao aderir à perspectiva pós-moderna e a conseqüente fragmentação culturalista, subjetivista e identitária, como assevera DEL ROIO (2007). Pois conforme Secco (2018), o tema se difundiu amplamente em língua inglesa, porém, como aponta Del Roio (2017), a forma da edição inglesa dos textos selecionados de Gramsci e erros de leitura condicionaram aquela recepção indiana, bem como, estadunidense, como certificam Massimo Modonesi¹ e Guido Liguori² que realizaram uma revisão do conceito.

A recuperação da concepção ampliada de classes e grupos subalternos de Gramsci, para além da visão dogmática, mecanicista e economicista que reduz a classe revolucionária ao proletariado, é extremamente profícua, pois tem legitimidade histórica e política, tendo em vista que amplia e articula dialeticamente as formas materiais das relações histórico-concretas da exploração e da opressão, tanto do trabalhador “produtivo”, seja proletário ou campesino, como Gramsci aponta no contexto italiano de seu tempo no seu último texto pré-carcerário, *A Questão Meridional*³, quanto dos que estão no “exército de reserva”,

1 Ver: MODONESI, Massimo. Da subalternidade ao Subalternismo: uma crítica gramsciana aos *Subaltern Studies*. IN: DEL ROIO, Marcos (org.). Gramsci, periferia e subalternidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. (p.89-105).

2 Ver: LIGUORI, Guido. O uso do Termo “Subalternos” em Gramsci na Atualidade. IN: DEL ROIO, Marcos (org.). Gramsci, periferia e subalternidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. (p.23-39).

3 Publicado em janeiro de 1930, na revista do PCI, *Lo Stato Operaio*, com o título *Alguns temas da Questão Meridional* – o manuscrito fora encontrado com o texto supracitado (A Questão Meridional) com a grafia de Gramsci, mas com a substituição pelo título publicado em *Lo Stato Operaio*, escrita com outra grafia. O ensaio fora escrito antes da prisão, em 1926, e apresenta a preocupação do autor diante do cenário de avanço fascista com as dificuldades de organização

como afirma Marx nO *Capital*. Esta operação de ampliação do conceito de subalternidade realizada por Gramsci nos deu os fundamentos necessários para podermos verificar com as condições teórico-práticas que temos no contexto vigente, que estas se apresentam mormente nas lutas de classes, gênero e raça, bem como, nos regionalismos, fruto das contraditórias relações e formações sócio-histórico-políticas e culturais. Nesse sentido, é possível compreender a subalternidade como componente estrutural e superestrutural da sociedade de classes, tendo em vista, a subalternização do trabalho, resultado da divisão classista entre trabalho intelectual e manual e da propriedade privada pela classe dominante, que, conseqüentemente, define o lugar do subalterno.

[...] uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização do material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2013, p. 707).

Ocorre que a perspectiva dos *Subaltern Studies* se espalhou para além do universo anglo-saxão, atingindo novos territórios, como o estadunidense e a América Latina. Nesta última, sobre os aportes da teoria da dependência⁴ econômica, política e cultural, como periferia do capital, como subalterna aos países “centrais”, encontra a necessidade de

das classes subalternas, tendo em vista, os problemas que afligiam o *Mezzogiorno* – a região Sul da Itália. Problemas estes que resultavam do processo de criação do Estado unitário na Itália, ou seja, a revolução burguesa italiana que se destaca pelo extenso processo marcado pela participação de intelectuais como cimento da unidade necessária para pavimentar a via reacionária de reorganização e conservação do poder pelas camadas dominantes, que culminou nos processos que Gramsci denomina de “transformismo” e “revolução passiva”, e possibilitou a consolidação das profundas desigualdades socioeconômicas e culturais entre a Itália setentrional e meridional, bem como, da conservação do lugar subalterno das massas, da sua condição passiva, ou seja, afastadas da participação e protagonismo político. Nesse sentido que Gramsci visava impulsionar o protagonismo dos camponeses, assim como dos operários, visando superar os antagonismos entre o campo e a cidade, através de “uma aliança política entre operários do Norte e camponeses do Sul para afastar a burguesia do poder de Estado” (GRAMSCI, 2004, p. 407, [QM 1926]), sua proposta de frente única, buscava, outrossim, romper o laço entre as massas e as camadas intelectuais dominantes.

4 A Teoria da Dependência ou Teoria Marxista da Dependência é uma formulação de análise da formação econômica e política dependente do capitalismo na América Latina que agudiza as contradições do capitalismo nas nações dependentes, especialmente na forma da superexploração do trabalho para transferência cada vez mais ampliada do valor para os países centrais, estabelecendo nessa relação dialética a configuração bizarra da classe dominante dominada. Entre os intelectuais que desenvolveram essa tese estão Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. Ver: MARINI, Ruy M. *Dialética da Dependência*. [1973]. In: STEDILE, João Pedro. TRASPADINI, Roberta. (Orgs.) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”, Editora Expressão Popular, 2005.

reorganizar a perspectiva teórica sob novos prismas, desenvolver novas epistemologias frente à perspectiva eurocêntrica, o que impulsiona na década de 90, a criação do Grupo de Latino-americano de Estudos Subalternos que tem Anibal Quijano, que desenvolveu o conceito de colonialidade do poder⁵, como um dos seus expoentes. Dessa empreitada, em 1998, ocorre a cisão realizada com o chamado “giro decolonial”⁶, que visava romper definitivamente com a visão e autores eurocêntricos, entre eles, supostamente Marx, o que aprofunda o afastamento das perspectivas decoloniais e pós-coloniais da compreensão sólida e profunda das bases materiais e históricas da condição do subalterno, bem como, das possibilidades e potencialidades concretas de subversão do *status quo*, que se encontra na compreensão histórica da luta de classes, e, como assenta Gramsci (2011b), da correlação de forças em movimento para construção de um nova hegemonia.

Por esse prisma, Marx não teria dado conta dessa dimensão das lutas subalternas, especialmente das lutas anticoloniais, dada uma visão eurocêntrica e etnocêntrica a ele atribuída, o que demonstra que, os adeptos dessa perspectiva, não alcança[ra]m a complexidade da filosofia da práxis e desvirtua[ra]m a análise gramsciana que, ao analisar o *Risorgimento*⁷ italiano, firma seus esforços sobre a necessidade de recuperação histórica dos grupos que estiveram à margem da história, tendo em vista a sua clara negação e invisibilização, e, portanto, seu lugar de protagonista, que Gramsci reivindica no sentido de articular de forma orgânica e integral com o conjunto da práxis social, visando a construção de um novo modo de vida social, de novos tipos de Estado. O que significa de resto, que se apoiam no ponto de partida gramsciano de recuperar a perspectiva das classes e grupos subalternos da história, mas ao se afastar da concepção do viés de totalidade da história encravada na contradição estrutural da luta de classes, se afastam do que seria o ponto de chegada no prisma da filosofia da práxis, a organização ativa e consciente para superação desse estado de coisas em vista da construção de uma civilização moderna superior.

Para essa perspectiva, haveria em Marx, uma visão universal da classe trabalhadora referenciada na classe trabalhadora europeia e branca, bem como, um viés iluminista em relação aos demais povos, o que demonstraria ainda sua tendência determinista, evolucionista

5 Segundo o autor, se configura como padrão de poder na forma do eurocentrismo, através da colonização das Américas, portanto, é um conceito que inter-relaciona as práticas e legados do colonialismo europeu em ordens sociais e formas de conhecimento. Ver: QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

6 Esta operação é realizada por Mignolo. Ver: MIGNOLO, Walter D. *El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura*. Un manifiesto. In: El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Castro Gómez, S.; Grosfoguel, R. (orgs.) Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/homoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>

7 Gramsci realiza a recuperação histórico-política do processo de unificação italiana, destacando as contradições imanentes no Q25, inclusive o processo de colonização interna do sul pelo norte e os diversos desdobramentos, que pode ser encontrado no volume 5 da edição brasileira publicada pela Civilização Brasileira.

e economicista, o que determinaria portanto, a necessidade de ser complementado para superar qualquer tipo de monismo, como realizam os *Subaltern Studies* que lançam mão de diversas matizes teóricas, gerando um profundo ecletismo⁸.

Nesse sentido que esta visão se distingue de Gramsci que, ao contrário do lugar que pretende[ra]m colocá-lo, reconhece a filosofia da práxis como orgânica e integral que inaugura uma nova fase histórica, pois como assenta no Cadernos 11,

A função e o significado da dialética só podem ser concebidos em toda a sua fundamentalidade se a filosofia da práxis for concebida como uma filosofia integral e original, que inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera (e, superando, integra em si os seus elementos vitais) tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais, expressões das velhas sociedades. Se a filosofia da práxis é pensada apenas como subordinada a uma outra filosofia, é impossível conceber a nova dialética, na qual, precisamente, aquela superação se efetua e se expressa. (GRAMSCI, 2011a, p, 147)

Dessa forma que, conforme Sousa (2017), com sua visão historicista e dialética prática, unitária e imanente, o autor sardo desenvolve uma perspectiva ontológica, que também é gnosiológica e metodológica, e, nessa esteira, afirma a necessidade do “conhece-te a ti mesmo”, o que significa investir no processo de reconhecimento do nosso “ser”, da nossa história, neste caso, nossa história como latino-americanos e todas as contradições particulares envolvidas e como elas se expressam, o que representam, como se configuram nas contradições regionais, de gênero, raça e classe, tal como Gramsci, atento às particularidades e necessidades históricas, destacou na sua análise e concepção de estratégia revolucionária, mormente sobre a “*Questão Meridional*”, articulada com a totalidade social. Dessa forma que buscamos empreender nossos esforços no sentido de contribuir para a tradutibilidade dessas “linguagens”, referenciando-nos nos apontamentos sobre a *Questão Meridional*, realizada por Gramsci em seu tempo. Porém, considerando que tradutibilidade não implica em realizar uma restrita tradução de linguagens, uma

8 Conferir a obra *Podem os subalternos falar?* publicada em 1985 por Gayatri Spivack, integrante do grupo dos *Subaltern Studies*, em que visa articular o pensamento de Deleuze, Derrida, Foucault e suas perspectivas fragmentadas de desejo e poder à perspectiva de Marx, acabando por cair num fatalismo histórico ao não conseguir reconhecer historicamente a possibilidade revolucionária dos subalternos de não apenas falarem, mas produzirem novidades históricas. Esta obra serviu de inspiração e principal referência para o desenvolvimento do conceito “lugar de fala”, um conceito carregado de ambiguidade, desenvolvido por Djamila Ribeiro, divulgado amplamente em publicação que leva o mesmo nome no título, no ano de 2017, e que se popularizou nos circuitos acadêmicos, grupos e movimentos sociais, especialmente feministas e foi incorporado ao senso comum, geralmente sem qualquer reflexão crítica dos avanços e recuos, limites e possibilidades que representa, como contribuir para colocar no centro do debate a negação e invisibilização das classes e grupos subalternos, mas não caminhar para uma análise radical da sociedade e dos fundamentos dos fatores que geram a subalternidade, e portanto, contribuir para reproduzir a estrutura do capital, já que não tem como horizonte a superação da luta de classes.

transposição mecânica das questões, contradições e possibilidades destacadas pelo autor sardo no seu tempo e espaço para a nossa realidade em nosso tempo e espaço, mas no viés revolucionário, ou seja, partindo da compreensão da formação sócio-histórica concreta particular da nossa realidade, em contato com o movimento teórico-prático, da forma de ser, que na totalidade se tangem, se determinam reciprocamente, tendo em vista que as contradições fundamentais da luta de classes se reproduzem em todos os âmbitos, espaços e territórios. Pois desse modo que compreendemos que se pode efetivar uma mudança de consciência e da prática estabelecida, fomentando uma genuína catarse, construindo uma nova práxis real e, como diria Lukács (2013), sem perder de vista, o concreto *hic et nunc* da história⁹.

Colonialismo e racismo sob o prisma da filosofia da práxis

Nesse viés que, na esteira de Gramsci, compreendemos que a história e a memória são campos abertos de disputa e, portanto, a luta por uma nova hegemonia perpassa pela recuperação da memória e da luta teórico-prática dos subalternos afim de fomentar novos valores ético-políticos, uma nova concepção de mundo para além da lógica burguesa. Desse modo que lançamos mão da importante obra *Marx nas Margens* de Kevin Anderson (2019) que recupera textos inéditos do filósofo prussiano, dos chamados *Cadernos Etnológicos*¹⁰, nos quais Marx desenvolveu e ampliou sua crítica à sociedade capitalista, reconhecendo que a luta de classes também se desenvolve em sociedades não-europeias, para além da relação capital-trabalho dos países “centrais” e, portanto, no processo de colonização que se engendra na forma do racismo estrutural forjado pelo processo de colonização. O que indica, como afirma Almeida (2019), que o racismo não se reduz a uma questão puramente identitária, mas está intrinsecamente imbricado com a divisão social do trabalho e por isso, é estrutural e estruturante da forma de ser capitalista. Marx assenta que

9 [...] todas as alternativas, pelas quais o homem toma suas decisões, são produtos do *hic et nunc* social, no qual ele tem de viver e atuar; mas essas perguntas, às quais ele responde em cada caso, não são só levantadas pelo meio ambiente social; cada uma dessas perguntas também tem sempre um campo de ação de possibilidade de respostas reais concretamente determinado em termos sociais. Portanto, o homem é pessoa ao fazer ele próprio a escolha entre essas possibilidades. Ele até pode, em caso de autêntica originalidade, encontrar uma resposta ainda não utilizada por nenhum dos seus contemporâneos, mas também essa se evidencia sempre como componente necessário justamente desse campo de ação. Quanto mais complexo, quanto mais ramificado for esse campo de ação, tanto mais desenvolvida será a sociedade; de modo correspondente, quanto maior for a parcela pessoal de quem responde, tanto mais desenvolvida pode ser sua personalidade. (LUKÁCS, 2013, p.339)

10 Kevin Anderson realiza uma grande contribuição de caráter original ao trazer o debate dos *Cadernos Etnológicos* que, ainda não foram publicados em português, mas pode ser encontrado na íntegra em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/ethnographical-notebooks/notebooks.pdf>

A escravidão é uma categoria econômica como qualquer outra [...] esclarecendo naturalmente que se trata apenas da escravidão direta, a dos negros no Suriname, no Brasil, nas regiões meridionais da América do Norte. A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito, etc. Sem a escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão deu valor às colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio universal é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância. (MARX, 2017, p.103)

Nesse viés que o filósofo martinicano, Frantz Fanon¹¹, afirma no conjunto de suas obras que não há capitalismo sem racismo, sem a escravização baseada na raça, que gera a espoliação da humanidade dos escravizados, em profunda conexão com a perspectiva marxiana exposta nO *Capital*, em que Marx afirma que “O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro” (MARX, 2013, p.372). Por isso, todo o processo de expansão da lógica do capital em novos territórios que sofreram a marca de ser “meridionais”, foi empreendido com profunda violência física e ideológica, que atravessa toda a concepção de mundo, inclusive organizando o referencial do “ser” Norte - aquele que está acima, aquele que está sobre, aquele que tem supremacia - sobre os inferiores do Sul, os meridionais, colocando-se como referencial universal do horizonte social, os que apontam o caminho para aqueles que estão ao Sul. Segundo Gramsci,

Para compreender exatamente as significações que pode ter o problema da realidade do mundo exterior, pode ser oportuno desenvolver o exemplo das noções de “Oriente” e “Ocidente” que não deixam de ser “objetivamente reais”, ainda que, quando analisadas, demonstrem ser nada mais do que uma “construção” convencional, isto é, “histórico-cultural” (freqüentemente os termos “artificial” e “convencional” indicam fatos “históricos”, produzidos pelo desenvolvimento da civilização, e não construções racionalisticamente arbitrárias ou individualmente artificiosas). [...] Que significaria Norte-Sul, Leste-Oeste, sem o homem? Elas são relações reais e, contudo, não existiriam sem o homem e sem o desenvolvimento da civilização. É evidente que Leste e Oeste são construções

11 Filósofo e psicanalista, completou seus estudos na França que o levaram a escrever uma das suas principais obras, *Pele Negra Máscaras Brancas*, que fora recusada pelos avaliadores, mas que se tornou uma das principais referências à perspectiva anticolonial. Tendo em vista que na obra, Fanon expõe as contraditórias experiências de “ser” colonizado, pois ele nasceu na Ilha da Martinica, colônia francesa, e sentiu e viu os rebatimentos e desdobramentos da ideologia burguesa, especialmente da branquitude, sobre o negro e que lega a inculcação e reprodução da subalternidade nas mais diversas formas. Além desta, Fanon também desenvolve sua análise crítica do processo colonial capitalista em *Os Condenados da Terra*, obra prefaciada por Jean Paul Sartre que o apoiou na defesa do colonizado contra o colonizador e proporcionou uma maior repercussão da obra quando do seu lançamento, em 1961, e demonstra como a centralidade do pensamento e dos pensadores se reproduz e o quanto os subalternos quando falam, necessitam ter sua voz legitimada pelo “centro” para serem ouvidos.

arbitrárias, convencionais, isto é, históricas, já que fora da história real qualquer ponto da terra é simultaneamente Leste e Oeste. Isto pode ser visto mais claramente pelo fato de que estes termos se cristalizaram, não a partir do ponto de vista de um hipotético e melancólico homem em geral, mas do ponto de vista das classes cultas européias, que, através de sua hegemonia mundial, fizeram com que fossem aceitos por toda parte. (GRAMSCI, 2011a, 137)

Desse modo que se consolida a difusão da ideia de supremacia dos colonizadores e todo o aparato ideológico que reproduzia essa visão, seja na forma religião ou na forma filosofia. Esta última fundada na razão, num tipo de racionalidade que se funda na cisão entre ideia e matéria, corpo e espírito, cabeça e mão, norte e sul, brancos e “de cor”. Cisão esta que expressa a luta de classes, se expressa desde o surgimento da filosofia, como podemos verificar na filosofia de Platão, que separa o mundo sensível do mundo das ideias e atravessa o tempo ao embasar a tradição judaico-cristã, bem como, o fio condutor de grande parte da filosofia antiga à moderna, que fora incorporada e adaptada aos interesses burgueses, os quais se espraiaram pelo mundo através do processo de colonização. Interesses estes que se expressaram no viés liberal e iluminista o qual institui o homem universal que, apoiando-se na “razão” no viés do humanismo burguês, visa levar a “civilização” e a “modernidade” aos povos ditos “primitivos”, configurando-se como um movimento de morte e espoliação em nome da liberdade e da igualdade que fortalecia o Estado de Direito burguês.

Contudo, como afirma Losurdo (2006), no projeto liberal-iluminista de “homem universal” não havia lugar para os grupos que foram subalternizados, especialmente, para aqueles que, foram racializados conforme a lógica do processo histórico de colonização. Nesse sentido que, de acordo com Almeida (2019), a Revolução Haitiana¹² empreendida pelos provos escravizados pela França, que reivindicavam para si os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade fundados pela Revolução Francesa, e proclamaram a Independência em 1804, não teve a mesma repercussão que houve na “metrópole”, desdobrando-se em diversos obstáculos à ilha caribenha que sofre as mazelas da condenação pela sua ousadia revolucionária e espírito de luta pela liberdade até os dias atuais. Na linha dessa concepção humanista burguesa em que o homem burguês, branco, que reproduz a lógica patriarcal se torna a referência do “homem universal” e consolida a visão dos outros povos como “meridionais” - de África, América, Ásia, e Oceania - como bestializados, ou seja, desumanizados, com a negação da individualidade, da identidade, da capacidade

12 Para saber mais sobre a Revolução Haitiana, ver: CLR James. *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000. Uma obra preciosa para conhecer a primeira revolução subalterna, dos escravos, da América Latina contra a lógica colonial, dos explorados contra os exploradores, quando no Brasil e EUA a escravidão ainda era uma realidade consolidada.

intelectual e, portanto, da humanidade e alteridade, o que justifica práticas genocidas e eugênicas contra os povos colonizados. Todo esse processo de violência que marca o processo “civilizatório” em que o colonizador “faz” o colonizado como afirma Fanon (1968), que tem diversos desdobramentos psicológicos sobre os povos escravizados, colonizados e racializados que internaliza o complexo de inferioridade e a alienação colonial¹³, é legitimado pelos aportes filosóficos e científicos do positivismo, que “naturaliza” a discriminação social com base em diferenças “naturais”, determinação biológica – como a cor de pele, ou seja, a inferiorização racial dos povos colonizados, na forma do racismo científico que se apoia, especialmente, no darwinismo social de Herbet Spencer¹⁴.

Essa perspectiva legitimou práticas eugênicas e genocidas, em eventos históricos como o que ocorreu na Segunda Guerra Mundial, empreendida pela Alemanha nazista, o que demonstrou que o conceito de raça não é determinado por fatores biológicos, tendo em vista que os povos vitimados pelo nazismo eram judeus, além de ciganos e negros, mormente, os povos do Leste europeu que Hitler visava escravizar, na tentativa de realizar sua sanha colonialista¹⁵. Portanto, o racismo não se restringe a uma questão puramente de “cor” – que seria puramente biológica – mas a um complexo essencialmente político-econômico que se desdobra das condições e contradições histórico-concretas e correlações de forças em movimento em cada tempo e espaço particular, como síntese de múltiplas determinações, mormente, da luta de classes, que constroi todo um aparato ideológico e imagético do que “expressaria” a inferioridade, a subalternidade, e assim, reproduz um profundo processo de estranhamento. Conforme Gramsci (2011c [1934], p.138), “[...]Com frequência, os grupos subalternos são originalmente de outra raça (outra cultura e outra religião) em relação aos dominantes e, muitas vezes, são uma mistura de raças diversas como no caso dos escravos”.

13 “[...] a análise que realizamos é psicológica. Continua a nos parece ser evidente, contudo, que a verdadeira desalienação do negro requer um reconhecimento imediato das realidades econômicas e sociais. Se há um complexo de inferioridade, ele resulta de um duplo processo: – econômico, em primeiro lugar; – e, em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade.” (FANON, 2008, p.24-25)

14 Filósofo e biólogo inglês, foi um dos representantes do liberalismo clássico.

15 Ver: LOSURDO, Domenico. *Guerra e Revolução: o mundo um século após Outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2017. (*Título original: O revisionismo histórico: problemas e mitos*) em que afirma que a luta entre o colonialismo e o anticolonialismo tem um sentido mais profundo; se nós considerarmos a história da União Soviética e da Rússia Soviética, Hitler se esforçou para executar a realização das “Índias Alemãs” no Leste Europeu, Hitler disse: “Nós teremos o nosso extremo oeste [far-west, faroeste] alemão no Leste Europeu”, ou seja, o clássico faroeste norte-americano, onde os brancos dizimaram os nativos, e onde os que sobreviveram estavam destinados a se tornarem escravos a serviço da classe de senhores, e portanto no Leste Europeu os bolcheviques, identificados com os judeus, estavam destinados a serem exterminados. Esse era o programa de Hitler. Conforme Losurdo, [Heinrich] Himmler, que era um dos líderes do Terceiro Reich, nas conversas secretas dos nazistas, fechadas ao público, Himmler diz: “Agora que falo somente com nazistas, posso falar livremente. A Alemanha precisa de escravos” — no sentido literal da palavra — afirmando que eles achariam seus escravos no Leste Europeu e, particularmente, na União Soviética. Ou seja, a luta da União Soviética foi até mesmo uma luta contra a tentativa de colonizar e escravizar os povos da União Soviética.

Nesse sentido, como podemos perceber, não há oposição entre colonialismo, racismo, liberalismo e fascismo. Ambos são expressões do mesmo movimento econômico, político e ideológico de incremento da lógica do lucro capitalista, da forma de ser, da práxis social, metabólica e orgânica do capitalismo, da lógica liberal burguesa, que valida as formas de dominação e expropriação, inclusive dos corpos subalternizados, e esta perspectiva é diametralmente oposta à perspectiva marxiana, ou seja, dos prismas da filosofia da práxis que vislumbra a emancipação humana.

Nesse viés que, ao contrário do que fora difundido sobre Marx que o colocou como um antagonista da perspectiva dos movimentos negro, indígena, feminista, LGBTQi+, Marx desenvolveu uma visão ampliada do processo de desenvolvimento histórico, para além da lógica linear que reproduz a visão eurocêntrica colonialista, e integrou a questão nacional, étnica e racial à sua perspectiva, ao analisar contextos de regiões “meridionais” como Índia, China, Indonésia, Rússia, Polônia, Estados Unidos, Irlanda, Argélia e América Latina. Conforme Anderson (2019), esse movimento se expressa, especialmente a partir de 1853 com seus textos jornalísticos no *New York Tribune*, quando colonialismo aparece como sinônimo de barbárie e, em 1867, na defesa da independência irlandesa contra o imperialismo britânico em que problematiza o racismo dos trabalhadores ingleses, que se configura tal como dos colonos brancos do Estados Unidos, demonstrando a relação dialética entre luta de classes e raça, ou seja, que a emancipação humana demanda a articulação dialética da luta contra a exploração e toda forma de opressão. Pois é necessário ressaltar que ainda que tenha inicialmente apresentado um impulso de compreender o colonialismo como parte do processo de desenvolvimento das forças produtivas, quando da redação do *Manifesto do Partido Comunista*, jamais encontra-se em sua posição uma tendência de defesa colonialista ou que naturalize ou justifique a colonização como expansão, exportação da civilização aos povos ditos “bárbaros”, atrasados, pois na medida que vão se apropriando das contradições vigentes do processo de expansão capitalista, mormente, a partir da segunda metade dos “oitocentos” em diante, Marx e Engels asseveram que o colonialismo não tem valor civilizatório, pelo contrário, tem uma dimensão extremamente destrutiva.

Cabe destacar, que foi um encontro com o cartista radical e poeta trabalhista envolvido com a luta anticolonial e a capacidade de ouvir e acolher a demanda dos grupos subalternizados, própria de um intelectual orgânico que tem sua preocupação primeira e genuinamente comprometida com as demandas e o processo de luta e libertação das classes subalternas, que contribuiu profundamente para a ampliação da concepção de mundo e das lutas subalternas de Marx¹⁶ e o possibilitou a ampliação da visão da luta

16 Conforme Thierry Drapeau em texto publicado na Revista *Jacobin*, em janeiro de 2019, intitulado *As raízes anticoloniais de Marx*, foi o encontro de Marx em Londres em 1849 com o Cartista Ernest Jones e o alfaiate negro e abolicionista cartista William Cuffay, filho de um escravo das Índias Ocidentais que ampliaram a visão de Marx da luta anticapitalista como luta anticolonial, pois estes reivindicavam a libertação da Irlanda e Índia do jugo da servidão colonial britânica e, portanto,

internacional anticapitalista. Encontro este que ocorreu em 1849 e se configurou como uma verdadeira simbiose teórico-prática, dialética prático e catártica, do tipo que Gramsci aponta nos Cadernos sobre a relação que deve ser estabelecida entre “intelectual” e “massa” para forjar verdadeiramente os intelectuais orgânicos que realizariam a síntese entre saber e sentir, teoria e prática. Porém, na perspectiva que Gramsci delineia nos Cadernos, afirmando que “todos são filósofos” ainda que nem todos cumpram essa função na sociedade de classes, em que há os que sentem porque sabem e os que sabem porque sentem, pois saber e sentir estão interconectados à práxis enquanto totalidade, o que deveria suprimir qualquer vontade de se sobressair pelo que se “sabe” e, nesse espectro acabar por reproduzir o ideário dominante de supremacia da teoria sobre a prática, que significa de resto, reproduzir toda essa ordem de cisão e supremacia do Norte sobre o Sul, espírito e corpo, razão e emoção e no pano de fundo, da cabeça sobre a mão, oriunda da divisão classista do trabalho.

Nesse sentido, podemos verificar que algumas contradições que levam a perspectivas equivocadas sobre a perspectiva marxiana também advieram das posições das lideranças da Segunda Internacional que adotaram perspectivas deterministas sobre as perspectivas teóricas marxianas, as quais desembocaram em posições políticas distantes da perspectiva da práxis revolucionária que visa a emancipação humana, como ocorreu com Bernstein e Kautsky que defendiam o colonialismo. Porém, destacando-se destes, Lenin que foi um dos fundadores da Terceira Internacional ou Internacional Comunista que visava romper com as perspectivas reformistas, as quais desempenharam um papel conservador, reconhecia a luta anti-imperialista e a autodeterminação dos povos que se expressou em princípio nas 21 teses lançadas para os partidos que poderiam integrar a Internacional Comunista que na 8ª tese defendia que:

Na questão colonial e das nações oprimidas, é indispensável que tenham uma linha particularmente clara e precisa os Partidos dos países cuja burguesia possui colônias e oprime outros povos. Os Partidos que desejam filiar-se à III Internacional devem denunciar implacavelmente as artimanhas de “seus” imperialistas nas colônias; apoiar os movimentos de libertação nas colônias não somente em palavras, mas também em atos; exigir a expulsão de seus compatriotas imperialistas das colônias; cultivar no coração dos operários de seus países um sentimento fraternal sincero para com a população trabalhadora das

uma visão anti-imperialista e anticolonial que superava a visão inicial que em certo sentido dialético, reconhecia como avanço, as navegações às Américas e África para o desenvolvimento capitalista presente, ainda que de forma crítica, no Manifesto Comunista de 1848. O tema passa a integrar diversos textos jornalísticos de Marx que condena a barbárie colonial burguesa inerente à civilização burguesa e defende a auto-emancipação das massas colonizadas organizadas, alguns em colaboração com Jones que encerrava a fileira das denúncias contra o império britânico. Desse modo, compreende a importância dos movimentos de libertação do “Oriente” e do “Ocidente”, incluindo Polônia, Hungria e Itália.

colônias e das nações oprimidas; e realizar entre as tropas da metrópole uma agitação sistemática contra todo tipo de opressão dos povos coloniais. (Terceira Internacional Comunista, [1920] 2014)¹⁷

Essa perspectiva que revela a ampla visão do processo de luta pela emancipação humana oriunda das teses marxianas, pode ser encontrada também, na Tese sobre a Questão Negra apresentada no 4º Congresso da Internacional Comunista em 30 de novembro de 1922, no qual defendia a autonomia dos povos coloniais e semicoloniais, um desdobramento da Tese sobre a Questão Colonial apresentada no 2º Congresso de 1920 e que, pelo alinhamento de Gramsci à Internacional Comunista a partir da fundação do PCI e sua ida a Moscou em 1922, é possível afirmar que o autor sardo teve acesso a esse conjunto de debate e diretrizes.

Nesse viés que Gramsci, que se posicionou contra as tendências deterministas e economicistas e seguia em muitas dimensões na esteira leninista de recuperação do viés revolucionário da filosofia da práxis e, portanto, de uma dialética praxica, desdobra sua perspectiva revolucionária em muitas frentes de batalha conforme a necessidade de organização e luta das classes e grupos subalternos. Desse modo que podemos encontrar nos *Cadernos do Cárcere*, algumas notas que referenciam a posição anticolonialista do autor sardo e simultaneamente sua visão antieconomicista e antimecanicista, como na passagem em que critica Labriola - que apesar de introduzir os fundamentos da filosofia da práxis na Itália - cai em contradição e perde a dialética ao adotar uma posição, segundo Gramsci, “pseudo-historicista” ao defender a colonização e a escravização do papuano para que seus descendentes pudessem entender a pedagogia moderna. Segundo Gramsci (2011a, p. 86 [Q11, 1932]) , “trata-se, ao que parece, [...] de um mecanicismo bastante empírico e muito próximo do economicismo vulgar” e continua afirmando que “é necessário, ao contrário, que exista uma luta a respeito, e essa luta é precisamente a condição para que os netos e bisnetos do papuano sejam libertados da escravidão e sejam educados segundo a pedagogia moderna” (GRAMSCI, 2011a, p.87). Desse modo, o autor sardo aponta para a luta anticolonial e assevera ainda a importância da tradução dos elementos desenvolvidos aos demais povos, mas que ocorra de modo adequado para que os “os próprios papuanos [possam] refletir sobre si mesmos, autoeducar-se” (idem), pois compreende que o processo de colonização está na base da ampliação capitalista imperialista dos Estados modernos para aprofundar a extração da mais valia. Conforme Gramsci,

¹⁷ As 21 condições de admissão (Comintern). Tradução de Erick Fishuk, 2014. Disponível em: <http://www.fishuk.cc/2014/08/condicoes.html>. Acesso em outubro de 2021.

O grupo dirigente tenderá a manter o melhor equilíbrio, não só para sua permanência, mas para sua permanência em condições determinadas de prosperidade, e mesmo a incrementar tais condições. Mas, dado que a área social de cada país é limitada, será levado a estendê-la às zonas coloniais e de influência, entrando assim em conflito com outros grupos dirigentes que aspiram ao mesmo fim, ou em prejuízo dos quais a expansão de tal grupo deveria necessariamente se verificar, já que também o globo terrestre é limitado. Cada grupo dirigente tende, em abstrato, a ampliar a base da sociedade trabalhadora da qual extrai a mais-valia [...] (GRAMSCI, 2011b, p.88)

Desse modo que compreende que a luta nas colônias é uma luta constante que pode se realizar no momento da conquista em guerra militar, mas se desdobrar na luta política que é muito mais complexa e se configura em três formas de guerras: de movimento, de posição e subterrânea¹⁸. De toda forma, considerando o atraso italiano na corrida do processo de colonização, decorrente do tardio processo de unificação e a contradição interna do desenvolvimento industrial italiano, além da censura fascista a que estava submetido no cárcere, Gramsci delinea reduzidas análises sobre as colônias italianas (Albânia e Eritreia) e volta seu interesse para a compreensão das “colônias internas dos países capitalistas” que revelam as relações contraditórias entre cidade e campo e, portanto, a busca de compreensão dos “elementos para o problema da situação semicolonial dos países agrícolas” (GRAMSCI, 2011b, p.287). Pois citando Manoilescu¹⁹, o autor sardo parece concordar com este que há uma “exploração invisível dos países agrícolas pelos países industriais”, ou ainda das regiões, indicando que a complexidade da “Questão Meridional” está para além da conjuntura italiana, e, portanto, nas bases da configuração do capitalismo e sua face colonialista imperialista de formação e manutenção de uma lógica de dominação e dependência dos países (ou regiões) subalternizados por aqueles que se colocam e se afirmam como centrais. Dessa forma, empreende a complexificação desses elementos articulados criticamente apontando para as veredas de construção de uma nova hegemonia no conjunto das notas dos *Cadernos*.

18 “A luta política é muitíssimo mais complexa: em certo sentido, pode ser comparada às guerras coloniais ou às velhas guerras de conquista, ou seja, quando o exército vitorioso ocupa ou se propõe ocupar permanentemente todo ou uma parte do território conquistado. Então, o exército vencido é desarmado e dispersado, mas a luta continua no terreno político e da “preparação” militar. Assim, a luta política da Índia contra os ingleses (e, em certa medida, a luta da Alemanha contra a França ou da Hungria contra a Pequena Entente) conhece três formas de guerra: de movimento, de posição e subterrânea.” (GRAMSCI, 2011b, p.124)

19 Gramsci indica a leitura do livro *La teoria del protezionismo e dello scambio internazionale*, Milão, Teves, 1931 de Mihail Manoilescu. Ver: GRAMSCI, 2011b, p.287, §193)

A Filosofia da Práxis contra a colonialidade

Nesse espectro que é necessário compreender criticamente a “invenção” da América Latina pelos europeus - quando já havia toda uma organização político-econômica e cultural denominada pelos povos originários de *Abya yala* - os quais conceituam latino como o “outro” de si, tendo em vista que, como afirma González (1988, p.73), “as sociedades que vieram a constituir a América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas”. Dessa forma, os povos latino-americanos constituem o “não-ser”, o ser sem alma, que embasada na racionalidade eurocêntrica, branca, cristã, patriarcal, nega a humanidade dos povos originários e dos povos africanos considerados animalizados e levados cativos para serem escravizados nas *plantations* na América, na produção das monoculturas, na lógica da colonialidade que marca a modernidade, instituindo dessa forma, o racismo estrutural, como base de desenvolvimento capitalista das colônias e, portanto, o racismo como a ciência da superioridade eurocristã tanto pela exploração do trabalho quanto pela opressão expressa na negação cultural e doutrinação do corpo, bem como, pela imposição da ideologia dominante, seja na formação do racismo aberto em alguns países ou do racismo por denegação ou mais “sofisticado” que ocorre na América Latina, especialmente no Brasil.

Esta última forma, a sofisticada, é possível verificar, especialmente após a luta pela libertação quando se tornaram países dependentes na dialética dominante-dominado, como afirma Marini (2005) e Bambirra (1978), que se estende após a promulgação de suas “independências” políticas e da abolição, sob o jugo imperialista num processo de continuidade da lógica colonial, da colonialidade e do racismo como tecnologia ideológica da forma de dominação. Desse modo, podemos verificar, como afirma Losurdo (2015)²⁰, o século XX é marcado pela crise do capital e as lutas anticoloniais e antiimperialistas que significa ainda a luta contra a memória histórica que se reproduz baseada no ideal dominante, encravada na leitura racializada do mundo, hierarquia de raças com a visão de supremacia da raça branca legitimada pelo discurso liberal de defesa dos direitos “naturais” que defendia as relações sociais do modo de produção capitalista o qual se forjou com base na exploração do modo escravista colonial que sustentou o incremento do lucro da burguesia em ascensão. Nesse sentido, há a continuidade na descontinuidade

20 Segundo Losurdo (2015) “A opressão nacional faz parte dessas relações de coerção e, portanto, a luta contra ela é uma forma essencial da luta de classes. Justamente a partir desse pressuposto, Lenin, consegue prever com uma lucidez impressionante as linhas essenciais do século XX. [...] Ele também sabe antecipar os elementos constitutivos da grande crise histórica, da gigantesca tempestade que se adensa”. Nesse sentido, que a Internacional Comunista defende a autodeterminação dos povos e apoia as lutas anticoloniais que historicamente se configurou na participação ativa através dos Partidos Comunistas locais, por compreender a relação dialética entre luta pela emancipação humana e a concreta luta por libertação nacional que supera a leitura binária da luta de classes.

da colonialidade, que se estende ainda após a “independência política”, a qual se desdobra em diversas facetas: como a inculcação no inconsciente social da ideia de superioridade do europeu e da cultura eurocristã patriarcal que se sustenta no racismo científico, portanto, a própria afirmação da raça (superior) que configura o racismo aberto e, ainda na dialética dessa contradição, no caso brasileiro, o racismo (sofisticado) disfarçado ou por denegação como afirma Lélia (1988), este último que tem em Sérgio Buarque de Holanda e, mormente, em Gilberto Freyre, seu principal expoente, ao defender o mito da democracia racial. O mito que se configura com a ideia de harmonia das raças em solo brasileiro, nega, outrossim, a luta de classes entre a casa grande e a senzala e oculta a violência estrutural e simbólica que fragmenta a identidade “racial” pela lógica do branqueamento e, conseqüentemente, a possibilidade de compreensão consciente de si que envolve a apreensão profunda e integral da memória e da história, que fora negada pelo etnocídio que gera, o que Lélia (1988) visando desmitificar o mito da democracia racial, denomina de neurose cultural brasileira, ou ainda nos termos de Fanon (2008), a alienação colonial. Alienação esta que se torna um entrave à possibilidade de transformação e superação deste estado de coisas, pela dificuldade que o obscurecimento da verdade histórica causa ao processo de desenvolvimento da consciência dessas contradições que estruturam a sociedade de classes racista capitalista burguesa e, portanto, das possibilidades da organização ativa que se contraponha a essa lógica estrutural e estruturante da reprodução das formas de dominação e ordem social de poder. Pois como afirma Lélia (1988, p.78), “O esquecimento ativo de uma história pontuada pelo sofrimento, pela humilhação, pela exploração, pelo etnocídio aponta para uma perda da identidade própria, logo reafirmada alhures” e mantém as classes e grupos subalternos em um campo difuso e desagregados.

Pois como se pode aferir, no contexto da Primeira República, o Estado novo sob interesses estritos da burguesia agrária lançou mão do racismo científico para legitimar subalternização do povo negro que logo fora substituído pelo mito da democracia racial, o qual Gilberto Freyre ao operar com a contradição posta, tenta unificar as contradições de classe tal como a dialética dos distintos de Croce, articulando os opostos em justaposição, conciliação, e, desse modo, obscurece a possibilidade de superação da estrutura que sustenta tais contradições e, portanto, contribui para a sua perpetuação. Esse viés tendia à busca de unificação social visando contribuir com o desenvolvimento industrial em curso que desembocou na segunda onda de colonização com a chegada de milhares de imigrantes europeus que, fugindo da situação de crise e miséria em suas terras, vieram ocupar os postos de trabalho assalariado e livre que deveriam ser ocupados pelos escravos libertos. Essa onda de imigrantes contribuiu, outrossim, para a consolidação de processos de eugenia, etnocídio e epistemicídio com a consolidação do branqueamento nas suas diversas dimensões, ou seja, o branqueamento dos corpos com a “miscigenação”²¹, bem

21 Processo que ocorrera encurvado em profundas contradições que envolvem a violenta subalternização da mulher,

como, fomento da cultura e visão de mundo aportada na racionalidade burguesa e da supremacia de classe e de raça, tendo em vista que os povos originários e escravos libertos não encontraram o mesmo espaço dentro da formação social brasileira no espectro do desenvolvimento em curso, aglomerando-se nas periferias da cidade, da cultura, da política e da produção do “conhecimento”²², conformando assim o “racismo à brasileira [que] se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros [e os indígenas]), ao mesmo tempo que dizem não o fazer (“democracia racial” brasileira)” (GONZÁLEZ, 1988, p.69).

Desse modo, o racismo e a subalternização dos grupos sociais considerados inferiores se incrusta no cotidiano das relações, na organização estrutural e econômica da sociedade, mas também, na linguagem, na cultura e na naturalização do tratamento desumanizado e na demarcação do lugar do subalterno como infante, infantilizados incapazes de ter fala própria²³, de qualquer manifestação de capacidade intelectual, de integração e participação social e política, a qual se firma centrada naqueles que “encarnam” a identidade nacional marcada pelos contornos europeus e brancos, encontram-se majoritariamente nas regiões sudeste e sul do Brasil, e reforçam a lógica do colonialismo interno.

Nesse sentido, que com o desenvolvimento desigual e combinado do processo de industrialização nacional, especialmente após a crise de 29 que levou ao colapso o modelo agroexportador e arrastou consigo a estrutura oligárquica de dominação política que lhe correspondia e inaugurou o bloco desenvolvimentista do comércio, da indústria centrado na burguesia cafeicultora (sudestina) de um lado e do outro, os contraditórios processos político-culturais, que encontraram na repercussão de obras literárias, na linguagem e mais uma vez em Gilberto Freyre que com o Manifesto regionalista em 1926 e outras obras (*Nordeste, 1937*) expressa a nostalgia da Casa Grande, do escravismo, da elites senhoriais e expressa seu lugar de intelectual orgânico do interesse das classes dominantes e a reação ao processo de modernização. Dessa forma, contribui para o desenvolvimento cultural de uma visão subalternizada da região, como aponta Durval Muniz na sua controversa tese da invenção do Nordeste²⁴ que, na verdade, tem sua estrutura marcada pelo problema

especialmente da mulher negra, e sua continuidade na descontinuidade colonial. Ver: GONZÁLEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

22 Ainda que continuassem a produzir, mas lançados na marginalidade tendo em vista que não havia ou há o devido reconhecimento.

23 “Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.” (GONZÁLEZ, 1984, 225)

24 Apesar da tese do autor (ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1996) se centrar na invenção do Nordeste como resultado de um conjunto discursivo de de narrativas político-

agrário e seu tecido social histórico-concreto formado por maioria negra e indígena, o que aponta para além da visão de subalternidade supostamente forjada pelo aspecto político-cultural “puro”. Desse modo, com o desenvolvimento desse conjunto de contradições de tipo “americanismo e fordismo” na estrutura econômica e superestrutura política e cultural, se desenvolve um bloco histórico com uma postura iluminista da região sul e sudeste em relação ao Norte e Nordeste, que deriva do processo mais amplo de dependência, dominação e exploração capitalista e criação da ideia do “outro”, que na esteira dos desdobramentos da lógica da colonialidade e do colonialismo interno, se desdobra no outro do outro.

Nesse viés que Clóvis Moura²⁵ que buscava compreender quem é a classe trabalhadora no Brasil e o papel da arte e da cultura no cenário nacional, empreende seus esforços e em *Rebeliões da Senzala*, publicada em 1959, desenvolve sua crítica ao equilíbrio de antagonismo de Gilberto Freyre, demonstrando que é a contradição que move a história brasileira e não a harmonização e, compreendendo a questão racial e a questão agrária como centrais no complexo processo de formação contraditória dedica-se à análise de Canudos, que representa as lutas camponesas, e realiza a crítica a *Os Sertões* de Euclides da Cunha, mostrando a sua face conservadora debaixo do verniz progressista, tendo em vista que uma das suas fontes principais era o pai do darwinismo social – Herbet Spencer, o que desvela que para além da ambiguidade possível no texto, há uma espécie de “mal de origem” do sertanejo, quase uma “subalternidade congênita”²⁶. Ademais, com a publicação do *Brasil-Raízes do Protesto Negro*, publicado em 1983, Moura busca fazer frente a Raízes do Brasil e todo o engodo ideológico disseminado que reforça a alienação colonial e nega o potencial prático-social e de luta do negro na formação sócio-histórica brasileira.

culturais e não articular com as raízes estruturais da “questão nordesgina”, tendo em vista que a matriz teórica em que se apoia não se funda na materialidade historicista e dialética, é possível considerar que aponta alguns elementos culturais que, na contradição, podem ser problematizados na esteira da filosofia da práxis, como sucede com Moura (1959; 1983). Ver: MOURA, Clóvis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.

25 Ver: ROCHA, Gabriel dos Santos. Clóvis Moura: um intelectual orgânico. Boletim do Gmarx-USP, São Paulo, ano 1, n.24, 2020. Disponível em <http://gmarx.fflch.usp.br/boletim24>

26 “[...]Euclides da Cunha, outro importante representante de nossa cultura dominante, repetia o mesmo pensamento racista. Sua posição em relação ao mestiço e ao negro não deixa dúvidas. Estuda o negro afirmando que “a raça dominada (negra) teve aqui dirimidas, pela situação social, as facilidades de desenvolvimento. Organização potente afeita à humanidade extrema, sem as rebeldias do índio, o negro teve, sobre os ombros, toda a pressão da vida colonial” Para ele, o negro é a “besta de carga”, o “filho das paisagens adustas e bárbaras”; Palmares é “grosseira odisséia” e por isto a ação dos bandeirantes destruindo-o foi um benefício à nossa civilização; são “vencidos e infelizes”; o escravo negro é “humilde”, mesmo sendo quilombola, “temeroso”, “aguilhoado à terra”; são “foragidos”, a raça é “humilhada e sucumbida”. Para ele a desigualdade racial era um fato provado “ante as conclusões do evolucionismo”. O negro, como vemos, era o componente de uma raça inferior. O índio, por seu lado, não tinha capacidade de “se afeiçoar às mais simples concepções do mundo”. E, quanto ao mestiço desses cruzamentos, no seu “parênteses irritante” não há lugar para ele, é um desequilibrado, de um desequilíbrio incurável, pois “não há terapêutica para este embate de tendências antagonistas”. A ideologia do colonialismo era, e ainda é, alimentada por toda uma literatura racista que nos vinha, ou nos vem, das metrópoles colonizadoras, para nos inferiorizar através da nossa própria autoanálise.” (MOURA, 1994, p.6-7)

Dessa forma que é preciso recuperar a história das classes e grupos subalternos e os fundamentos teórico-críticos capazes de nos ajudar a agarrar a realidade pelos cabelos e nos tirar do labirinto de tendências filosófico-políticas que reforçam o estranhamento, agudizam a alienação e nos paralisam, nos imobilizam ao assentar como paradigma que o irracional é real e o real é irracional, a começar reconhecendo a contribuição epistemológica, de outras concepções de mundo e outras práxis social alternativas à lógica do capital desenvolvidas pelos grupos sociais subalternizados e submetidos à lógica de exploração e opressão colonial.

Pois como afirma Lukács (1968), o “homem” é um ser que responde²⁷, no mesmo viés, verificamos que Gramsci não se pergunta se os subalternos podem falar, pois para ele, os subalternos não apenas podem e devem falar, mas devem sobretudo “responder” apresentando alternativas de organização e luta com espírito inventivo. E, nesse sentido, o “fio de Ariadne” para as classes subalternas encontrarem o caminho de saída desse labirinto, antes de serem consumidas pelo Minotauro - da exploração e opressão, é a filosofia da práxis, o fio condutor da revolução, pois o devir das classes subalternas é a revolução.

Desse modo que a resposta histórica deve ser crítica, criativa e inventiva, partindo das próprias condições sócio-históricas de “(não)ser” subalterno, de “(não)ser” meridional, superando o Norte como horizonte, subvertendo esses horizontes, afirmando o seu próprio “ser” e o seu próprio horizonte, o seu protagonismo histórico apontando o seu “ser para si” e não para o “Norte”, como fizeram os filósofos da práxis sobre a práxis negra e a “questão meridional” brasileira. Pois o seu “ser para si” significa apontar para o horizonte revolucionário de ruptura e transformação das estruturas das condições de existência da sua subalternidade e das formas e grupos sociais hegemônicos de dominação que necessitam da sua subalternidade - da exploração e opressão - para continuar existindo, como os limites da pandemia no Brasil dos condenados do Covid-19²⁸ nos revelaram.

Desse modo, é preciso promover a organização das classes e grupos subalternos e a criação de novas formas linguagens e formas de ser, de se organizar e lutar, assim como Florestan Fernandes, marxista brasileiro, que reconheceu a questão racial como central na formação da classe trabalhadora e defende a autonomia do movimento negro, o qual deveria ser organizado com e para si como ocorrera com a luta pela construção do “20 de novembro”²⁹ em substituição do “13 de maio” - que demonstrava o interesse e viés

27 “[...] a socialidade do homem representa seu comportamento ativo e prático em relação a seu meio ambiente como um todo, essa mediação ocorre de modo tal que ele não aceita simplesmente o meio ambiente e suas transformações nem se adapta, mas reage ativamente a eles, contrapondo às mudanças do mundo exterior um mundo de sua própria práxis, no qual a adaptação à irrevogabilidade da realidade objetiva e seus novos pores do fim que lhe correspondem formam uma unidade indissociável.” (LUKÁCS, 2013, p.149)

28 Conforme a Escola Nacional de Saúde Pública, a população negra e indígena integrou a maioria das vítimas do Covid-19 e da lógica capitalista colonialista na gestão da pandemia, assim como, acentuou as desigualdades regionais. Ver: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50204>

29 Segundo Florestan (1965) não houve modificação das estruturas de poder e dominação e a constituição do 20 de

dominante da narrativa da abolição que conserva a estrutura escravocrata - esse movimento orgânico e autônomo expressa o “classe de si” e “para si”, a consciência ativa do seu lugar na história e na construção praxica da autoemancipação. Pois Florestan (1989, p. 24) afirma que “A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça, Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita”.

Nesse espectro que, para a construção da revolução no Brasil, Florestan considera fundamental as questões de classe e raça e um processo de ruptura com a via prussiana de aliança com a burguesia nacional, a oligarquia agrária - antissocial e antinacional. Portanto, a construção de um programa e estratégia revolucionária que supere o viés economicista e mecanicista e aponte para a via realmente emancipatória. A construção da revolução tem diversos momentos e um dos momentos cruciais, como uma sociedade de tipo “meridional”, é a construção de uma frente única de acordo com as nossas condições e necessidades particulares, como a luta anticolonial que se expressa na consciência e necessária articulação entre gênero, raça e classe que tem se delineado nos últimos tempos devido o avanço do debate sobre as contradições do processo histórico colonial e escravocrata de formação dos grupos subalternos com suas especificidades sob a lógica capitalista que se atravessam nas formas da exploração e opressão.

Desta feita, encravados no conjunto das contradições que embasaram nossa formação sócio-histórica, temos em tela o fato da maioria da população brasileira conformar-se negra, indígena ou parda, e o grau de consciência dessa identidade histórica vir gradativamente crescendo com a autodeclaração como parte desses grupos, o que revela que, seja por quantidade ou necessidade histórica, “O negro [os grupos subalternos e meridionais] vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira” (FERNANDES, 1989, p.24). Nesse sentido, é possível vislumbrar nesse processo um salto catártico do momento econômico-corporativo ao momento ético-político, pois temos em curso um movimento que avança em termos quantitativos - com a ampliação do acesso aos debates de gênero, raça e classe e sua fluência no cotidiano e movimentos sociais- e qualitativos com a articulação dialética e teórico-prática entre essas pautas de luta, integrando trabalhadores do campo e da cidade como apontava Gramsci, que acenam para a possibilidade de consolidar uma frente única dos grupos subalternos na formação de uma classe organizada e ativa capaz de levar adiante a construção da emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores, como afirmava Marx e Engels, ou seja, a criação de uma nova forma de ser pela afirmação histórica, teórico-prática, do seu ser como político em ato que abre as veredas para a verdadeira história da humanidade.

novembro se configurava como uma segunda abolição, fruto do movimento próprio, da autoemancipação

À guisa de conclusão

O reconhecimento teórico-prático da unidade de luta pelo fim das formas de exploração e opressão de raça, gênero e classe se expressa como uma catarse, que junto à luta dos trabalhadores do campo e da cidade, torna-se um potencial salto qualitativo do momento econômico-corporativo para o ético-político necessário para o movimento de transformação desse estado de coisas e a construção efetiva de uma nova forma de ser, de uma nova hegemonia, entendendo que os interesses de seu grupo também são os interesses do outro grupo subalterno e não os interesses dominantes, ou seja, se estabelece a tradutibilidade efetiva entre as formas de exploração e opressão a partir da crítica ao colonialismo e à colonialidade que marca a formação sócio-histórica concreta dos últimos cinco séculos, mormente do dito “sul global” ou na forma do colonialismo interno do Sul e Sudeste em relação ao Nordeste.

Esses interesses, articulados de forma dialética pela recuperação histórica dos grupos subalternos, devem fomentar um processo de aglutinação na forma partido - diante da desagregação e desintegração política - no sentido ampliado por Gramsci, mormente no contexto de crise estrutural do capital e neoliberal e tornar-se projeto de sociedade de reestruturação do modo de vida econômica, política e social que supere desigualdades e hierarquias e todas as mazelas históricas oriundas dessa dinâmica e se desenvolva, no lugar do Estado-classe, a Sociedade regulada, um novo modo de vida social, uma civilização moderna e superior, resultado da participação ativa dos grupos subalternizados que na práxis e pela práxis desenvolvem seu protagonismo histórico e seu espírito crítico, criativo e inventivo.

Desse modo, operar, no viés historicista, como contemporâneos do nosso tempo na luta por uma nova hegemonia, significa partir das contradições histórico-concretas vigentes no nosso tempo e espaço, significa recuperar a história e a memória de luta das classes subalternas, suas epistemologias e “ontologias”, e contribuir com a formação de novas linguagens, novas concepções de mundo, novas formas de ser e, assim, fortalecer a relação indissolúvel entre revolução e luta anticolonial, pois um povo que conhece a própria história de luta e reconhece a si mesmo no passado, se apropria de sua verdadeira identidade e tem as condições subjetivas basilares para ativamente articular as condições objetivas em direção ao futuro, de construção de um novo devir antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Kevin. **Marx nas margens: etnia e sociedades não ocidentais**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Polén, 2019.
- BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. Coletivo Amauta, 1978.
- DEL ROIO, Marcos (org.). **Gramsci, periferia e subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- _____. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 29, 2007, p. 63-78
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- _____. **Os Condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERNANDES, F. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional: 1926**. IN: Escritos Políticos, Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Vol.1: **Introdução ao estudo da filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.
- _____. Cadernos do Cárcere, Vol. 3: **Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.
- _____. Cadernos do Cárcere, Vol. 5: **Risorgimento, Notas sobre o a História da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.
- GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- GONZÁLEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.
- LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Viena: Congresso Filosófico Mundial, 1968. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.
- _____. **Para uma ontologia do ser social. II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LINCOLN SECCO. **GRAMSCI: a gênese dos Estudos Subalternos**. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, p. 367-384, 2018.
- LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.
- _____. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARINI, Ruy M. **Dialética da Dependência**. [1973]. In: STEDILE, João Pedro. TRASPADINI, Roberta. (Orgs.) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”, Editora Expressão Popular, 2005.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios, vol. 34, 1994, p. 28-38.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

SOUSA, Joeline Rodrigues de Sousa. **Bases ontológicas da filosofia da práxis e formação humana em Antonio Gramsci**. Tese. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

SOUSA, J. R. Colonialismo, luta de classes, racismo, subalternidade: da questão meridional à tradutibilidade latino-americana. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 12, n. 28, p. 70-92, 2022.

Norma B – APA

Sousa, J. R. (2022). Colonialismo, luta de classes, racismo, subalternidade: da questão meridional à tradutibilidade latino-americana. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 12(28), 70-92.

Norma C – Vancouver

Sousa JR. Colonialismo, luta de classes, racismo, subalternidade: da questão meridional à tradutibilidade latino-americana. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2022 [cited Jan 4, 2022];12(28):70-92.

Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/7874>